



A FORMAÇÃO DISCURSIVA E A CONSTITUIÇÃO SOCIAL: O SILENCIAMENTO DA DESIGUALDADE NOS DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA

Carla Letuza Moreira e Silva¹

Neste estudo, toma-se como objeto do pensar os discursos sobre a infância na contemporaneidade. Dentre os inúmeros discursos encontram-se relacionados o discurso jurídico (como dominante), o publicitário, o das crianças escolarizadas (de escola pública e privada) e das suas mães. Todos estes modos discursivos de pensar a infância possuem em comum o *silenciamento da desigualdade* em nossa sociedade.

A noção de *formação discursiva* (doravante FD) na Análise do Discurso franco-brasileira (doravante AD) em sua produtividade analítica pode fazer-se presente como categoria de análise discursiva. Desde sua ressignificação na AD (de Foucault a Pêcheux), a FD tem funcionado como uma noção teórica e uma categoria metodológica interligada ao funcionamento das outras *formações* (social, ideológica e imaginária). Algumas características gerais marcam a delimitação de FDs e são essas características o foco de observação no estudo que analisa os *discursos sobre a infância* na contemporaneidade.

Uma FD como um *sítio de significância* (ORLANDI, 2003) representa um consenso ou embate sócio-histórico na sociedade em que se vive. Devido a sua funcionalidade, ela permite trabalhar a relação do sujeito e dos sentidos num processo interlocutório-discursivo, identificando regiões de estabilização e de confronto. O sujeito, no âmbito da FD, consiste em uma posição a ser apreendida em relação a outras possíveis nas dissensões e, segundo Orlandi (2003, p. 16): “Os sujeitos são posições e essas posições não são indiferentes à história”. A história leva em conta, portanto, a divisão existente no corpo social, na divisão do trabalho e na luta de classes em que

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta”. (MARX E ENGELS, 2001, p. 66)

Isso condiz com a constituição contraditória dos discursos da contemporaneidade na sociedade capitalista por uma leitura que considere o movimento dos sentidos e dos sujeitos, a história e a ideologia e os mecanismos de manutenção da ordem capitalista.

Nos discursos em questão, a posição de *proteção integral* das crianças na infância fez-se dominante como constitutiva dos discursos na forma da lei. A produção de evidências pela ideologia faz apreender uma realidade ‘ideal’ para as crianças na infância como dominante nos discursos. As crianças de escolas públicas e privadas apresentam em uníssono a afirmação de seus direitos e

¹ Doutoranda pelo PPGLL da Universidade Federal de Alagoas sob a orientação da professora Dra. Maria Virgínia Borges Amaral; bolsista CNPq.



responsabilidades dos adultos e da sociedade em geral, contra a exploração e violência infantil. No entanto, as desigualdades são silenciadas como forma de manter a ordem vigente. Os direitos da criança, então, perpetuam em nossa sociedade como modo de coerção e produção de efeito de responsabilidade social, produzindo sujeitos-sentidos e práticas determinadas sobre eles nos discursos.

Nesse espaço de tomada-de-posição (PÊCHEUX, 1997), em que os sujeitos, ocupando lugares de dizer, em determinada época, posicionam-se no discurso, reforçando as ideias que representam e derivam das formações ideológicas (do ponto de vista do capital ou do trabalho) na formação social (AMARAL, 2005). Neste espaço organizatório de sentidos e dissensos interrelacionados, sentidos aproximados paradoxalmente por igualdade são apreendidos, configurando a FD como uma matriz de sentido representativa da *historicidade* que constitui a linguagem. A FD, então, pode ser dita como uma noção que acolhe o consenso e a contradição constitutivos dos discursos, como dita por Pêcheux e, por isso mesmo, sua produtividade analítica: “As formações discursivas, por serem formas em que as formações ideológicas se manifestam e podem concretizar-se enquanto função social, estão em permanente movimento, em contínuo processo de reconfiguração, aproximando ou distanciando os sentidos que se propõem sejam veiculados em uma dada conjuntura, para a manutenção da sua ordem ou para sua ruptura” (AMARAL, 2005, p. 45).

Nos discursos sobre a infância (jurídico, publicitário e das crianças e mães), então, os mecanismos que permitem um sítio de significância apontam para a manutenção da ideologia jurídica na contemporaneidade, em que se deve defender a criança do trabalho precoce, exigindo-se seus direitos na infância sob efeito da responsabilidade social pela igualdade e liberdade das crianças. Esse discurso dominante destaca o discurso jurídico das idades como decorrente de um pacto global de bem estar para a humanidade como representam os Estatutos e dentre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) no Brasil.

Sob o espetáculo da denúncia do trabalho infantil e violência das crianças silencia-se a desigualdade, silencia-se a luta de classes numa sociedade desigual sob efeito da responsabilidade social, distribuindo culpas entre os sujeitos sociais numa tentativa evitar negligência para com as crianças. Portanto, nos discursos sobre a infância, todos e não somente o Estado têm responsabilidade pelo desenvolvimento digno e livre das crianças, observadas sua singularidade e provisoriade na infância.

Silenciar a desigualdade nos discursos sobre a infância significa tentar apagar a história na constituição do discurso. Significa manter a ordem vigente como uma realidade homogênea de viver a infância, como se a luta de classes e as relações de força não fizessem parte do real do discurso.

Portanto, decorrente de uma leitura nos entremeios da linguística e as ciências sociais, a AD, permite que a noção de FD seja sempre retomada e legitimada entre os estudiosos dos discursos por considerar o movimento de constituição das sociedades. Entender o funcionamento da FD entre as outras formações, garante sua produtividade analítica na AD, fazendo ver e retomar sua constituição



histórica e ideológica dos discursos, pois “A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes” (MARX E ENGELS, 2001, p. 66) e, nos dias atuais, regida pelo capital e essa história insiste em ser apagada nos discursos sobre a infância.

Referências

AMARAL, Maria Virginia Borges. *Discurso e relações de trabalho*. Maceió: Edufal, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Manifesto do partido comunista*. 11 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ORLANDI, Eni. *A leitura e os leitores*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.